

FACULDADE LABORO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

JOSÉ SALIM DUTRA DE LEMOS
LÍDIA MARIA OLIVEIRA ROSA MENDES

ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO HUMANA:
A EDUCAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA DEMOCRÁTICA

São Luís/MA

2018

JOSÉ SALIM DUTRA DE LEMOS
LÍDIA MARIA OLIVEIRA ROSA MENDES

ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO HUMANA:
A EDUCAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA DEMOCRÁTICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro para obtenção do título de Especialista.

Orientador(a): Professor Dr^o Carlos V. Estêvão

São Luís/MA
2018

Ficha Biblioteca

JOSÉ SALIM DUTRA DE LEMOS
LÍDIA MARIA OLIVEIRA ROSA MENDES

ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO HUMANA:
A EDUCAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA DEMOCRÁTICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro para obtenção do título de Especialista.

Orientador(a): Professor Drº Carlos V. Estêvão

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Drº Carlos V. Estêvão

Examinador 1

Examinador 2

**ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO HUMANA:
A EDUCAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA DEMOCRÁTICA**

**JOSÉ SALIM DUTRA DE LEMOS¹
LÍDIA MARIA OLIVEIRA ROSA MENDES¹**

RESUMO

O presente estudo visa discutir os aspectos da formação educacional para a sociedade de forma geral e suas especialidades no ensino superior. Pensar em formação educacional no contexto do sistema econômico vigente, sociedade capitalista, nos instiga refletir sobre qual o propósito do ensino superior na formação educacional para a sociedade. Sobre o prisma de que educar é instruir por meios legais que far-se-á necessário conhecer quem semeia esse modelo de educação, ou seja, quais as variáveis que permeiam este educador. A dinâmica do sistema educacional é constituída por interações complexas capazes de gerar inúmeros desafios quer seja nas instituições públicas e privadas, em ambas o ensino superior se depara com formação humana, e nesse processo a educação pode ser polarizada na preparação ao mercado do trabalho e cidadania democrática. Pretende-se instigar um momento de reflexão com base nas perspectivas da formação humana suscitadas pela falta de oportunidade. Convém, retratar que esta pesquisa é de cunho bibliográfico relatando as assertivas e contradições expressas por autoridades do assunto, que confrontadas as indagações suscitadas neste trabalho deliberam o quão a formação humana está condicionada ao formador, que usa de suas atribuições para educar mediante aos anseios da hegemonia do capital. Conclui-se que a expansão e difusão do conhecimento acontecerá com mais eficiência e eficácia quando as instituições de ensino superior, juntamente com o Ministério da Educação entenderem que as necessidades dos docentes e discentes são de caráter emancipatório, pois terão autonomia pra exercer seu labor profissional; e humanizador, capazes de interpretar direitos e garantia, princípios fundamentais do exercício de cidadania e democracia.

Palavras-chave: Formação humana. Ensino Superior. Democracia. Cidadania

**HIGHER EDUCATION AND HUMAN TRAINING:
EDUCATION FOR THE WORLD OF WORK AND DEMOCRATIC CITIZENSHIP**

ABSTRACT

¹ Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Laboro, em 2018.

The present study aims to discuss aspects of educational formation for society in general and its specialties in higher education. Thinking about educational formation in the context of the current economic system, capitalist society, instigates us to reflect on what the purpose of higher education in educational formation for society. On the prism of what to educate is to instruct by legal means that it will be necessary to know who sows this model of education, that is, what variables permeate this educator. The dynamics of the educational system consists of complex interactions capable of generating numerous challenges, whether in public or private institutions, in which higher education is confronted with human formation, and in this process education can be polarized in the preparation of the labor market and citizenship democracy. It is intended to instigate a moment of reflection based on the perspectives of human formation caused by the lack of opportunity. It is convenient, to portray that this research is of bibliographic character, reporting the assertions and contradictions expressed by authorities of the subject, that confronted the questions raised in this work deliberate how human formation is conditioned to the trainer, who uses his attributions to educate through the yearnings of hegemony of capital. It is concluded that the expansion and diffusion of knowledge will happen more efficiently and effectively when higher education institutions, together with the Ministry of Education, understand that the needs of teachers and students are emancipatory, since they will have the autonomy to carry out their professional work ; and humanizing, capable of interpreting rights and guarantees, fundamental principles of the exercise of citizenship and democracy

Keywords: Human formation. Higher education. Democracy. Citizenship

1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior, desde suas origens, têm em seu pilar de trabalho preocupações vinculadas à pesquisa, desenvolvimento social e, principalmente, a preparação dos discentes para o exercício do labor profissional. Entretanto, essas aflições sofrem dilatações progressivas com a contemporaneidade, sujeitando novas percepções sobre políticas educativas, inserção acadêmica e sociedade geral. Porém, dentre os diversos temas que envolvem o Ensino Superior no Brasil existe um, sem desprezar os demais, que necessita de uma luz para breves reflexões. Tudo porque se vivencia novos rumos de repensar o ensino superior brasileiro na perspectiva de encontrar respostas as necessidades de ordem qualitativa e quantitativa exigidas pela nova economia, condicionadas ao mercado de trabalho sob o contexto das reformas universitárias e privatizações das universidades públicas.

Todavia, não há pretensões de exaurir o tema, mas, apenas levar algumas questões pertinentes acerca do mesmo, evidenciando a finalidade desta pesquisa em propor debater a formação humana no contexto do ensino superior no

Brasil. Entende-se que a formação humana no contexto acadêmico compreende a construção social dos discentes mediante compartilhamento de conhecimento científico que fundamentará a construção de um novo ethos social mutante, adequado aos padrões sociais vigentes, seja, como massa produtiva ou reflexiva de novas demandas. Isto posto, suscita a indagação: qual o propósito do ensino superior na formação educacional para a sociedade?

Para tentar responder a tal questionamento, buscou-se referências nos estudos de Tonet (2016), Santos e Comar (2013), perpassando ainda por Karl Marx e Engels, além destes tem-se também Gramsci e suas ideias de educação revolucionária. Acrescido de Freire, dentre outros estudiosos que buscam dá conta de desvelar sobre um tema tão complexo com este.

Ressalta que neste estudo constata-se prováveis hipóteses de ordem político-econômico-sociais, que conceberá proposições do tipo que o ensino superior é somente um subsistema da cadeia produtiva, destinado a geração de conhecimento e capital intelectual ao mercado de trabalho; é um sistema capaz de impulsionar ideias revolucionárias na geração de novos modelos mercadológicos; é um espaço destinado a construção de novos cidadãos. Então, convém questionarmos, afinal formamos para que?

Neste trabalho buscou-se aplicar uma pesquisa de caráter exploratório, visto que, segundo Gil (2008), esta caracteriza-se: “pela finalidade de desenvolver, esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais preciso ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. (GIL, 2008:27). Sendo assim esta fundamentada nos autores expoentes, acima mencionados alguns deles, ratificadas com suas elucubrações sobre o assunto. Adita a este contexto análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Como método de pesquisa, condicionou-se o desenvolvimento do referencial teórico a segmentação estrutural em três seções. No primeiro momento tratando sobre educação e formação humana, formação no contexto do Ensino Superior no Brasil, e por fim, as facetas desta educação com reflexos no mundo do trabalho e na construção da cidadania democrática, sendo este último, um sonho ainda almejado.

2 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

As culturas de forma geral têm expressado, cada um a seu modo, a ideia de busca por uma ampla e sólida formação humana. A maneira como cada uma vai desenvolver esta ideia é que vai se diferenciando pelo tempo, pelas intencionalidades e principalmente pelo contexto onde estão ou estavam inseridas. Frente a esta afirmação e para melhor organizar a discussão dois momentos se destacam. O primeiro refere-se ao pressuposto que envolve o sentido sobre formação humana exposto por teóricos como Tonet e Santos. Acrescido da especificidade da formação humana na perspectiva “omnilateral” exposto por Karl Marx e Friedrich Engels. Em seguida, e de modo convergente ao primeiro, já visando o desenvolvimento dos argumentos iniciais acerca deste assunto, refletiremos sobre esta formação sobre o olhar de Gramsci, o qual defendia uma formação do homem político e uma educação revolucionária capaz de mudar a sociedade.

Tonet (2016), ao analisar a questão da formação humana pela história, vai trazer vários elementos. Um deles o fato desta ideia de “formar integralmente o homem”, ser uma prática muito antiga, a qual já dava sinal na cultura grega através da concepção da palavra *Paidéia*². Perpassando inclusive por culturas como as “*Humanitas* romanas, Humanismo renascentista, *Bildung* alemã, até chegar ao momento atual.

Para o autor, as culturas mencionadas acima, especialmente à grega e romana, expressam muito deste ideário e anseio da humanidade em investir naquilo que eles denominaram de desenvolvimento do ser humano. Contudo, diz o autor, que tais civilizações, mesmo expressando um momento considerado alto da trajetória humana, deixavam indícios de “entrever, a unilateralidade com que era visto essa formação”. (TONET, 2016:1)

Para se ter clareza sobre que aspecto partia as considerações do autor, vale lembrar que a formação inserida neste contexto, consistia em quem tinha ou não privilégio. Dito de outra forma, resumia-se a um grupo seletivo e bem reduzido de pessoas.

Sobre as prerrogativas deste tipo de formação, ressalta-se que itens importantes eram deixados de lado tais como: o trabalho, a transformação da

² Palavra de (παιδεία) é um termo do grego antigo, utilizado para simplificar a noção de educação na sociedade grega clássica. Inicialmente, a palavra (derivada de paidos (pedós) - criança) significava simplesmente "criação dos meninos", ou seja, referia-se à educação familiar, os bons modos e princípios morais.

natureza, a manipulação da matéria para produção de riqueza, como bem sinaliza Tonet (2016). Pois estas tarefas eram disponibilizadas, diz o autor, às pessoas consideradas em condição mental e/ou intelectual inferior. Em suma, estudar, isto é, usando outro termo, “desenvolver o espírito” era tarefa para os mais desenvolvidos e não para os desprestigiados da sociedade. Haja vista que aqueles que efetivamente não precisavam trabalhar, por virem de famílias abastadas, eram destinados a dedicarem-se em atividades intelectuais, ficando já visível uma separação entre trabalho material e atividade intelectual. (TONET, 2016:2)

E nesse sentido, conclui o autor:

Certamente, a formação humana é sempre histórica e socialmente datada. Por isso mesmo não é possível definir, de uma vez para sempre, o que ele seja como se fosse um ideal a ser perseguido. Porém, como o processo de tornar-se homem do homem não é apenas descontinuidade, mas também continuidade, é possível apreender os traços gerais dessa processualidade, traços esse que, não obstante a sua mutabilidade, guardarão uma identidade ao longo de todo percurso da história humana. (TONET, 2006:3)

Nascimento (2009), por seu turno, centrado na análise da formação pelo viés da cultura grega e romana, tal como fez o seu contemporâneo citado acima, traz outros elementos contundentes ao debate sobre formação. Afirma que a “institucionalização da educação”, isto é, a “centralidade exclusiva na escola”, ocasionou a dualidade entre a *tecne* e *teoria*. Uma divisão no processo de formação. Pois, de um lado havia os que desenvolviam o *tecne*, o prático, enquanto outros, a teórica. Fato que avultou-se com o “surgimento da escola na sociedade grega, a qual dividiu o processo de ensino e aprendizagem em dois espaços dicotomicamente que se confundem” até hoje, como bem sinaliza o autor. E neste sentido alude: A “*tecne* se firma como um saber para que trabalhadores manuais, livres ou escravos possam fazer o trabalho”, enquanto a “teoria exige um saber da vida como um todo destinado aqueles nobres da sociedade grega chamados de cidadãos da pólis, homens livres que se dedicavam a política, ao pensamento, ao ócio e aos debates organizados na ágora”. (NASCIMENTO, 2009:46)

Sobre tal prerrogativa, “a formação do homem grego se dá pela educação, entendida como *Paidéia*³, ou seja, a formação harmônica do homem, do

³ *Paidéia*- educação ou cultivo das crianças, instrução, cultura. O verbo paideuo significa: educar uma criança (pais-paidós em grego), instruir, formar, dar formação, dar educação, ensinar os valores, os ofícios, as técnicas, transmitir ideias e valores para formar o espírito e o caráter, formar para um gênero de vida. Da mesma família e a palavra *Paidéia*, ação de educar, educação, cultura. E adita: *Téchne*- arte manual, técnica; ofício profissão; habilidade para fabricar, construir ou compor alguma coisa ou artefato; habilidade para decifra presságios;

cidadão “nobre” para vida na pólis”. Logo, a escola, sobre a lógica da sociedade grega, conclui Nascimento (2009), resultou na legitimação da divisão de classes e de saberes.

E acrescenta:

A educação da teoria determina que o jovem e nobre possa ser formado para a arte da compreensão e do comando. Ele não possui nenhuma formação tecne para “o fazer, para a cura e construção. O jovem livre e nobre não tinha o *direito* de participar desse modelo de educação, mas o *dever* já que era exigido seu comando no futuro da pólis seja como cidadão, como militar ou político. Na verdade, separaram-se os processos de aprendizagem em duas vertentes que ao longo da história se perpetuaram, a saber: a educação destinada ao trabalho braçal e a formação do homem político. (NASCIMENTO, 2009:46)

Na sociedade romana, os rumos educacionais não se diferem dos já citados. O modelo de educação comunitária e doméstica alicerçada na família que era praticada na época deu lugar à educação dos níveis de classes, na qual distinguia, assim como na sociedade grega, a educação para os livres e senhores daquela ofertada para os escravos e servos como descreve Nascimento (2009:54).

Observa-se que tanto em Tonet quanto em Nascimento, a divisão de saberes e a hierarquia de classe tornam-se evidentes no processo educativo. No primeiro, com a denominação de trabalho manual e intelectual e no outro, o técnico e teórico. Entende-se, dessa forma, que os resquícios destes entendimentos mencionados acima estão expressos, algumas vezes de maneira clara, outras de forma obscuras, na organização da educação brasileira. O que leva a refletir que, no processo educacional, algumas medidas, freqüentes medidas, diga-se de passagem, são em sua maioria intencionais e direcionadas a uma determinada classe em detrimento da outra.

Em meio a estas discussões não se deve deixar de compartilhar os pensamentos de Gramsci relacionado à educação e formação. Pois é também nele que há o debate sobre a “diferenciação classista das escolas”. (CASTRO e RIOS, 2007:225)

habilidade para compor com palavras (poesias, retórica, teatro). Obra de arte. Produto da arte (...) com exceção da teoria, da ética e da política, todas as práticas são técnicas.

Theoria- Teoria, ação de ver, observar, examinar para conhecer; contemplação do espírito, meditação, estudo; especulação intelectual por oposição a prática (...) os que contemplam com os olhos da inteligência ou do espírito (...)A teoria é o conhecimento pelo conhecimento, sem a preocupação com seu uso instrumental, com sua aplicação, com as técnicas.

Ágora- Assembleia, assembléia do povo, reunião do povo em assembléia, reunião dos soldados em assembléia, discurso perante a assembléia. Por extensão: lugar de reunião, praça pública. (CHUI, 1994: 356 a 360)

Gramsci ao discorrer sobre a diferenciação classista da escola vai fazer algumas considerações acerca disto. Primeiro afirma que no sistema escolar há a desigualdade e o antagonismo. Logo, observou que “ao lado do tipo de educação que poderíamos chamar humanista”, cujo objetivo seria desenvolver em cada indivíduo a cultural geral, capacitando neste o “poder fundamental de pensar e de saber orienta-se na vida”. Desenvolvia-se, na verdade, concomitantemente, “um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializados”. Em síntese, uma educação para formar trabalhadores manuais e outra para os intelectuais.

E diante desse quadro concluía o pensador italiano: “a crise escolar que hoje se difunde, liga-se precisamente ao fato de que este processo de *diferenciação e particularização*, decorreu-se de um modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido”. (GRAMSCI, 2001:32 e 33)

E assim Gramsci empreendeu que:

A tendência atual é abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e formativa, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionalizadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (GRAMSCI, 2001:33)

Seguindo a exposição e retornando o termo “*crise*”, mencionado por Gramsci, foi possível perceber o direcionamento do autor para solucionar esta. Quando sugere que “a crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo, o desenvolvimento da capacidade de trabalho manual e intelectual”. (GRAMSCI, 2001:33)

Para Nascimento e Sbardelotto (2008), os termos “comum, única e desinteressada” utilizados por vezes em Gramsci tinham significados bem relevantes. O primeiro relacionado a um espaço escolar comum a todos. No passo que a expressão única, concebia a ideia de uma escola sem hierarquia de classes, cujo ensino possibilitasse igualdade de oportunidades para os indivíduos. E adita que a terminologia “desinteressada”, para demonstrar que esta deveria instruir o homem desinteressadamente, isto é, (sem interesses imediatos). Pois, sendo assim

essa escola em Gramsci, iria se contrapor a escola clássica, cujo interesse era o de formar “mandatários”. (NASCIMENTO e SBARDELOTTO, 2008:281).

Adita-se ao exposto que a originalidade do pensamento de Gramsci está em perceber, em seu tempo, tal como ocorre nos dias atuais, à existência de instituições educacionais com distintos focos de formação. Sendo uma centrada na formação de caráter humanistas, destinada aos intelectuais da classe dominante, enquanto, a outra, de modelo mais prático e técnico, para os de classe subalterna.

Essa estrutura, tal como se apresenta, fortalece progressivamente a hegemonia da classe dominante que, via de regra, tem sido favorecida nesse cenário educacional com refrações inclusive de indultos em outros contextos da sociedade. Ponto este a ser discutido com mais detalhes no tópico a seguir que fala da interface entre educação e mundo do trabalho.

3 ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO HUMANA: interface entre educação, mundo do trabalho e cidadania democrática

3.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: algumas considerações

. Considerado como uma tendência mundial na atualidade, as universidades têm reduzido de forma significativa as disciplinas humanísticas na formação dos futuros profissionais. Tendo como justificativa de que essa redução representaria uma “otimização” de conteúdos realmente relevantes para forma mão-de-obra especializadas para o mercado global, centrado quase que exclusivamente na Pedagogia das Competências⁴.

Contudo, sem desconsiderar a importância da formação profissional, técnica e científica para o desenvolvimento e bem-estar de um país, não é possível conceber uma formação consolidada apenas neste pilar. Uma vez que o humano é composto de várias dimensões algumas delas ligada a uma formação cultural. Sobre este último item tem-se Dalbosco (2015) que afirma que tal lógica, “pode preparar uma parcela das novas gerações para ser bem sucedida, mas pagando o preço de

⁴ E um termo surgido no contexto da crise estrutural desse sistema, em decorrência de formação de um “novo” trabalhador que precisava adequar-se as exigências da produção, substituindo, por essa razão, o termo de qualificação.

não mais formá-la adequadamente para o convívio democrático”. (DALBOSCO, 2015:129).

Parafraseado as afirmações do autor pode-se concluir que há uma grande possibilidade, se persistir essa forma de educação, do desenvolvimento de uma geração insensível ao outro e indiferente as múltiplas e diversificadas culturas. E para evitar esse caos recomenda o autor:

Ora, a sobrevivência da democracia e, com ela o exercício de uma cidadania ética depende da retomada da ideia de educação como prática de liberdade, a qual esta diretamente associada ao esclarecimento dos três pilares que formam a própria cidadania democrática, a saber: pensamento crítico, cidadania universal e por fim, a imaginação narrativa. (DALBOSCO, 2015:129)

Enfim, seja qual foi o rumo que a educação superior brasileira esteja tomando. Ela não poderá deixar de pensar na formação no seu aspecto democrático cidadão.

3.2 EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO

Com advento do capitalismo, toda essa divisão de saberes e a modulação do tipo de educação de uma classe por outra, acentua-se. A formação ganha outras concepções, sofrendo em alguns pontos uma verdadeira inversão. Reverte-se e limita o desenvolvimento humano para as competências do mundo do trabalho. Pois, este último, que outrora era uma atividade no patamar inferior, como descreveu-se em momentos anteriores, ganha gradativamente um lugar de destaque. Não a um nível de importância, diga-se de passagem, mais de resultados.

Em nível de esclarecimento quer dizer que o trabalho passa a ser visto não como uma atividade criadora, mas como simples meio de produzir riqueza. Concepção que achou uma terra fértil com o avanço do capitalismo monopolista, configurando outra habilidade da formação humana no contexto da lógica capitalista, na qual a ênfase será formar para as competências do mundo do trabalho.

A trajetória histórica do mundo do trabalho, em seus traços mais perversos, no que se refere à educação, foi marcada pela incoerência e pela centralidade da formação unilateral em detrimento da formação omnilateral. Para darmos algumas indicações, mesmo que sumárias, será necessário apresentar,

inicialmente as características básicas da formação unilateral para então sinalizar a omnilateral.

Para Neves (2009), a “educação unilateral forma somente sujeitos para o mercado de trabalho”. Prática que foi comum principalmente no período industrial, no qual a formação dos jovens limitou-se em transformar estes em máquinas de produzir mais – valia, pois os mesmos mal sabiam ler e escrever. Frente a esta realidade e lógica, diz a pesquisadora, “o desafio da educação e da escola, na sociedade contemporânea, é a produção do homem completo, omnilateral⁵”. A autora, para melhor explicar seu posicionamento e a defesa da omnilateralidade, toma como referência o escrito de Manacorda (2007) e Karl Marx e Engels (1978). Que diz:

A omni ou onilateralidade é a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em conseqüência da divisão do trabalho. (MANACORDA, 2007, citado por NEVES, 2009:8877)

Em conformidade ao mencionado, entretanto, analisando seu tempo, Marx e Engels (1978) aditam que tanto o trabalho produtivo quanto a educação deveriam ter o mesmo valor e importância. E advogavam que as escolas técnicas e teoria – práticas deveriam está alinhada com as escolas primárias. Pois, segundo eles, havia a necessidade da educação para todas as crianças, a qual iniciaria logo que as mesmas deixassem os primeiros cuidados maternos para então freqüentar as instituições públicas a expensas da nação. E completam:

Ao invés da formação unilateral, a indústria praticada em comum, segundo um plano estabelecido em função do conjunto da sociedade, implica homens completos, cujas faculdades são desenvolvidas em todos os sentidos e que estão a altura de possuir uma clara visão de todo o sistema de produção. (MARX; ENGELS, 1978, citado por NEVES, 2009:8882)

Intrínseco a estas ideias está o argumento que o humano pode e deve ser visto não reduzido a mão - de - obra, mas como ser capaz de compreender todo sistema de produção no qual ele esta inserido, além de pensar e refletir sobre sua condição diante de tal sistema.

Guedes (2007), ao debater a questão, defende a ideia que a educação deve “propiciar ao humano a possibilidade de apropriação do conhecimento em sua

⁵ A produção omnilateral é a que objetiva o humano completo pelo trabalho produtivo e pela vida em sociedade. E a produção unilateral é a que visa somente à preparação do homem para o trabalho alienado

forma mais desenvolvida pela humanidade, para que cada indivíduo possa desenvolver plenamente suas potencialidades humanas”. Fato que, a pedagogia das competências segundo a autora, ao contrário disto, tem “contribuído para o esvaziamento da função precípua da educação escolar que é a transmissão do conhecimento humano em sua forma superior, objetivado no conhecimento histórico, filosófico, científico e artístico”. (GUEDES 2007:01)

E segue:

A formação por competências tem raízes no pensamento empresarial, cuja lógica visa à reprodução ampliada do capital por meio da intensificação da exploração da força do trabalho. No âmbito da produção, as estratégias capitalistas, se objetivam por meio da apropriação do saber tácito dos trabalhadores, isto é, daquele saber subjetivo sobre o trabalho que o trabalhador desenvolve ao longo de sua prática profissional. Trata-se de um saber que não pode ser descrito objetivamente porque é subjetivo e construído por meio da experiência individual e coletiva do trabalhador ao longo dos anos de sua profissão. Na verdade de acordo com a nova estrutura técnico operacional do sistema produtivo, o trabalhador é convocado a colocar a disposição da empresa aquilo que o capital não consegue comprar no mercado, isto é, o valor de uso da força de trabalho, pois ao comprá-la no mercado só adquire potencialmente. (GUEDES, 2007:03)

De maneira convergente e ainda dialogando com os argumentos apresentados acima, Nascimento (2009) destaca que os interesses políticos e econômicos projetam-se na existência da educação escolar. São interesses, diz o autor, que “estão ocultos e silenciados pelos grupos hegemônicos de poder e, de forma alguma, apresentam-se na realidade cotidiana da educação”. (NASCIMENTO, 2009:37 e 38).

Baseado no exposto entende-se que, tais interesses estão ali, porém não são ou não querem ser percebidos, mesmo sendo um tipo de mola invisível na influência da maneira de se fazer educação. E neste caso, o embate seja para enfraquecer os interesses políticos e econômicos no âmbito educacional, para então, vivenciar um processo educacional mais consolidado como prática social, que por sua vez, represente dentre outras coisas, a construção de um sujeito crítico e emancipado, como bem sinalizou Castro e Rios (2008:227). Enfim, um processo educacional que possibilite a construção da cidadania, mesmo quando esta possui também suas fragilidades.

Partindo para outra fase do estudo, no item seguinte, faz-se conveniente discorrer sobre a educação enquanto um dos mecanismos da efetivação da cidadania, cujo enfoque será dado posteriormente.

3.3 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Acredita-se que um dos principais objetivos da educação seja, via de regra, o de promover a construção de “personalidade morais autônomas críticas”, e concomitante a isto, o “exercício competente da cidadania”, fundamentada nos “princípios democráticos da justiça, da igualdade e equidade”. Além destes, ela pudesse possibilitar a “participação ativa de todos os membros da sociedade tanto na esfera pública quanto política”, como bem salienta Araújo (2012:78). Contudo, colocar estes princípios no ambiente educacional, tal como estar expresso, seja um dos maiores desafios na atualidade, visto que a educação possui em suas bases problemas estruturais e organizacionais que vão para além da implantação destes princípios.

Porém, o que se sabe, é que tais objetivos dialogam com o anseio de educação defendida pelos movimentos sociais, pela sociedade civil que, por sua vez, observam no exercício dessa cidadania um caminho fértil para reivindicar uma educação de qualidade, principalmente para as classes populares.

No entanto, frente a esta busca de construir a cidadania por intermédio da educação, interroga-se: Qual seria o tipo de prática cidadã que melhor dialogaria com o horizonte de educação reivindicada pelos movimentos populares, visto que “os interesses políticos e econômicos da classe dominante projetam-se na existência da educação escolar”? Será que a estrutura educacional tal como é, tornaria possível isto?

Não se tem as respostas a estas questões, apenas tem-se a reflexão muito coerente de Paulo Freire (1982) sobre o assunto que diz: “seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcione as classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica. Não há uma educação *neutra*”. (FREIRE, 1982:88)

Diante do exposto, faz-se necessário uma pausa. Primeiro para identificar a que construção de cidadania está sendo referida. E depois de perpassado este momento, pensar as formas possíveis de construir uma cidadania ativa no âmbito e no processo educacional. Já que esta, quando estabelecida, acredita-se que pode possibilitar uma reformulação nas bases desse sistema como advogam por uma educação cidadã.

Segundo Ribeiro (2002), a cidadania ativa configura-se como aquela em que os cidadãos participam efetivamente das decisões políticas que os afetam. Logo, a educação, por esse viés, deve ser capaz de formar seres políticos. Porém, no transcorrer deste processo acontecem alguns equívocos, relata Ribeiro (2002), pois as instituições educacionais promovem ações para “instituir a cidadania”. Contudo falta a esta rever a forma como “as ações e concepções de povo enquanto sujeito político está sendo colocado ou construído”. E afirma: “é necessário haver uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política”. (RIBEIRO 2002:115)

Na linha dos argumentos desenvolvidos anteriores, mas com ênfase maior no quesito cidadania e democracia, Araújo (2012:4), ao citar Puig (2000), diz que compete à educação possibilitar um senso entre assimetria funcional e democrática. Isto é, uma coerência entre aquilo que apregoa e divulga em detrimento daquilo que de fato vivência. E nesse sentido reforça o autor que:

O papel da escola é preparar os estudantes para a convivência democrática da sociedade adulta, propiciando práticas pedagógicas que respeitem os princípios e valores da democracia e por meio da participação ativa de toda a comunidade escolar nas decisões relativas ao exercício da cidadania em uma sociedade democrática. (ARAUJO, 2012:81)

Outra implicação deste último referencial é lembrar que a educação que deseje efetivar no seu interior práticas pedagógicas que instiguem os princípios da democracia. Deve segundo Araujo (2012), “modificar os conteúdos escolares”, tornando-os dialógicos. Precisa ainda “revisar as metodologias das aulas”, pois muitas delas concentram-se em mera transmissão e reprodução de conhecimento. Além de tudo isto, não poderá perder de vista “os valores dos membros da comunidade escolar”, assim como as relações interpessoais e, por fim, “tomar nota sobre a gestão escolar”. Ponto forte para a efetivação de uma escola de práticas pedagógicas fundamentada nos princípios democráticos. (ARAUJO, 2012:82)

Em meio a essas discussões e endossando este debate, temos os movimentos sociais e a sociedade civil que como se sinalizou à frente, almeja uma educação voltada, quase que exclusivamente, para a construção da cidadania, neste caso aqui entendida como um mecanismo de garantia e aquisição de direitos.

Contudo, não é possível dar seguimento a exposição, sem antes fazer uma breve interrupção para uma visita, ainda de passagem, a história e a filosofia.

Para que a partir delas possam-se apreender as possíveis origens da relação educação e cidadania, e observar as formas e significados que tais termos tinham e que depois passaram a ganhar na atualidade.

O ponto de partida é averiguar como os gregos entendiam e trabalhavam a cidadania e educação. Uma vez que estes deram sentido às primeiras formas tanto de educação como daquilo que conhecemos como democracia. O que se sabe é que para os gregos tanto a cidadania como a educação detinha um estreito vínculo, principalmente o primeiro termo, com a democracia. Termo que significa uma forma de governo em que “os homens ficam entregues a si mesmo e a sua capacidade de decisão, sem a autoridade de um chefe, a dominação de uma casta ou a irrecusabilidade de um texto sagrado”. (WOLF, 1996, cit. em RIBEIRO, 2002:116).

Para os gregos, a educação, assim como a cidadania dentro de uma moldura de democracia, somente poderia ser usufruída por uma pequena parcela da sociedade, na qual estavam inclusos os grandes proprietários de terra e aqueles que tinham condição financeira para tal. Com base na descrição deste cenário, questiona-se: Será este molde de cidadania, de educação e conseqüentemente, de democracia que precisamos ter como referência, visto que estas já dão indícios da desigualdade e da injustiça social?

Certamente, não é possível responder tais indagações, haja vista que tal análise requer um aprofundamento do tema educação, cidadania e democracia. O que se pode reconhecer é, mesmo com suas fragilidades, a educação configura-se uma possibilidade cabal de desenvolver a cidadania e a democracia, principalmente se elaborada como prática social.

Ribeiro (2002), referindo-se ainda à democracia na Grécia, especialmente em Atenas, vai apontar uma democracia híbrida, na qual é possível perceber o interesse de uma minoria dominante se sobrepondo aos de uma maioria necessitada. Logo, ela, isto é, a democracia, nesse molde, pode até se assentar no pilar da igualdade, porém a prática da equidade de direitos entre os homens nunca estará nela. E como exemplo desse antagonismo democrático à moda grego, Ribeiro (2002:16) cita a alternância entre os filósofos e sofistas⁶. Que, via de regra,

⁶ São mestres de gramática e oratória que despertam a reação dos setores conservadores ao perceberem ameaçada sua hegemonia

alternavam-se na formação educacional do político cidadão. O primeiro centrado nos aristocratas, enquanto, o segundo nos “novos ricos” ⁷. Assim para os gregos, nem todos poderiam ser considerados cidadãos. Conforme a autora, na Grécia:

O político grego ou cidadão é aquele que, por nascimento e fortuna, é um homem livre e tem o direito de participar das assembleias e dos debates. Assim, para os gregos, a essência do homem é tanto a de ser racional quanto a de ser cidadão e homem livre, cuja virtude consiste no justo exercício dessa cidadania. Por conseguinte, o ideal da educação grega é formar, no homem das classes dirigentes, o político com a capacidade de governar a cidade e de se fazer obedecer pelas demais classes. Dessa forma, as mulheres, os idosos, as crianças, os deficientes, os estrangeiros estão excluídos da natureza do ser cidadão, que a participação da vida pública. (RIBEIRO, 2002:117)

Frente ao exposto, observa-se a exclusão de uma classe em relação à outra, logo este molde de conceito de cidadania e de educação dos gregos, não pode atender o tipo de cidadania e educação desejada pelos movimentos sociais, incluso nestes, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, visto que este modelo segrega e exclui.

Na verdade, conclui-se que, se a intenção é buscar uma educação vinculada à prática cidadã fundamentada nos princípios democráticos, então se deve procurar outros parâmetros longe deste situados. Pois este, como bem se observou, não atende a implantação de um Estado de direitos, principalmente, os direitos sociais. Mesmo reconhecendo que para muitas culturas, inclusive esta, esse tipo de cidadania foi que serviu de modelo para a implantação da democracia tal como hoje se ver.

Todavia, neste contexto de democracia e cidadania, ressalta-se que, mesmo com suas fragilidades, esta última quando fundamentada nos princípios democráticos, é ainda a melhor opção para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Principalmente se ela estiver alicerçada em uma “nova fórmula de democracia”, como bem sinalizou Estêvão (2012). Que por sua vez representa algo que vai para além daquela já conceituada pelos clássicos como igualdade, representação e soberania. Pois retrata, de acordo com o autor, a uma democracia que tanto procura como se esforça em dar conta de assuntos relacionados à

⁷ Novos ricos: Comerciante e armadores que adquiriram riquezas e que desejavam participar da vida política em Atenas.

centralidade da diferença (gênero, idade, étnica), a outras escalas de justiça (da local a global) e a várias concessões do ser humano que por vezes está intrinsecamente ligado a educação, principalmente aquela pautada na dialogicidade e nos valores de emancipação do ser humano como bem salientou Estêvão (2012:74).

Nesta mesma linha de raciocínio argumenta o autor: “o sentido mais profundo da democracia como direito humanos no contexto educacional prende-se, portanto, com a emancipação, que, por sua vez, se articula com a eliminação das estruturas de opressão e de exclusão”. (*idem*)

Assim sendo, frente ao exposto, deseja-se que esta ‘nova fórmula de democracia’ tome espaço no processo educacional para se poder experimentar uma dimensão de cidadania ampla e emancipada, na qual haja a eliminação da opressão e da exclusão como bem mencionou o autor acima.

E para consolidar os argumentos aqui mencionados, e ressaltar a importância do processo educacional como prática social na construção da cidadania que vale refletir nas orientações da LDB do Título I, Art. 1º que diz:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.
(LDB,1996:1)

Logo, entende-se que a educação, para este debate a escolarizada, é um processo constante e contínuo que se direciona tanto para o mundo do trabalho quanto para a prática social em sociedade. E assim, em conclusão e dando razão a Estêvão (2012) esta ao, ser colocada na rota de uma democracia como direitos humanos deve, conforme afirma o autor, “estar atenta e ser prudente ao modo como os próprios direitos se comportam no seu interior, uma vez que , e não obstante a sua natural *cidadanização*, podem resvalar para as formas mais espúrias”. (ESTÊVÃO, 2012:84)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, relata-se as transições da formação humana em detrimento das concepções socioculturais e educacionais. Assinalou-se que em todas as fases

do processo histórico sócio educacional, houve uma segmentação social ocasionada pela hierarquização do conhecimento, que embora gerados em espaços destinados ao desenvolvimento do saber, apresentam diferenciação de valor, e importância. Contata-se nesses espaços, a tentativa da solidificação da formação humana, embora saibamos que esses ambientes são constituídos de variáveis de características temporais, contextos sociais distintos, e intencionalidades políticas intra e interinstitucionais, haverá demandas distintas de saberes e caberá ao homem absorver e canalizar tais conhecimentos ao seu desenvolvimento. Nesse contexto, as especificidades da formação humana, unilateralmente, são destinadas ao suprimento mercadológico, entretanto, pensar o ser humano, simplesmente, como objeto do sistema produtivo, é reduzir a dimensão acadêmica ao universo econômico, daí há necessidade de uma formação politizada do homem capaz de conduzir seu próprio destino e o destino da sociedade, concebendo uma formação integral do mesmo.

Intrinsicamente, no processo de formação humana, há elementos desestruturantes do tecido social, paulatinamente, naquilo que se refere o tipo de formação, havendo diferenciação de tratamento para as pessoas de formação tecnicista, ou seja, os detentores de atividades no âmbito do trabalho, tais como, produção de insumos e manipulação da matéria prima, eram considerados desprovidos de conhecimento intelectual, e por conta desse tipo de saber, eram destituídos de privilégios, ao contrário, os detentores de privilégios eram revestidos do saber intelectual, pois eram providos de tempo para dedicação de atividades intelectuais, e por conta de sua situação econômica favorável não necessitavam labutar. Nas entrelinhas, essa situação é prerrogativa de submissão de um mercado capitalista monopolizante, pois mostra claramente a relação que se configurará através de uma classe social dominante, corroborada pela institucionalização da dualidade entre o técnico e o teórico. Na pauta da dualidade, resumidamente, podemos destacar técnicas destinadas há pessoas livres ou escravas no exercício de trabalhos manuais, contrariamente, os nobres detentores de saberes da vida como um todo, constituídos por homens livres que se dedicavam ao pensamento e as dialéticas, legitimando há divisão de classes e de saberes.

Em síntese, observasse entre sociedade, governo, empresas e instituições de ensino superior reações intencionais direcionadas a subordinação de classe em detrimento de outra, evidenciando desigualdades e posicionamentos

antagônicos. Em virtude dessa diferenciação e particularização, acreditamos que a neutralidade no processo de formação regerá as polivalências humanas. Condiçoadas há espaços escolares democráticos e plurais, respeitando as necessidades e habilidades de cada pessoa, proporcionando igualdades de oportunidades, desvinculadas das igualdades por resultados, por que senão evidenciaríamos o ciclo vicioso de comparar a formação humana atreladas há metas, e conseqüentemente estaríamos excessivamente valorizando algumas profissões e conhecimento em detrimentos de outras.

As reflexões aqui realizadas levam a crer que a formação humana estará, sempre, vinculada há contingências sócio-político-cultural, dimensionadas pelas concepções do sistema econômico vigente, capitalismo monopolista.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ulisses Ferreira de. **O processo de construção das escolas democráticas**. Revista Educação e Linguagens, V. 1, N° 1, Ano: 2012. – ISSN: 2238-6084.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional**, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996

CASTRO, Michele Correa; RIOS, Valdir Lemos. **Escola e educação em Gramsci**. Revista de Iniciação da FFC. V. 7, nº 3, ano: 2007.

DALBOSCO, Claudio Almir. **Educação Superior e os desafios da formação para a cidadania democrática**. 2015. Disponível:
<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00123.pdf> Acesso em: 04/06/2018.

ESTÊVÃO, José Carlos V.. **Direitos Humanos, justiça e Educação na Era dos Mercados**/ José Carlos Estêvão. – Porto: Porto Editora, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade**. 6º Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5 Edição. São Paulo, Atlas, 2010.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere – **Os intelectuais. O principio educativo. Jornalismo**. Trad. e Ed. Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GUEDES, Maria Denise. **Educação e Formação Humana: a contribuição do pensamento de Marx para a análise da função da educação na sociedade capitalista contemporânea**. 2007. Disponível: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/gt5sessao4.html
Acesso em: 03/03/2017.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; Sbardelotto, Denise Kloechner. **A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci**. Revista HISTEDBR On line. Campinas, V. 08. n° 30, p. 275 – 291, jun. 2008 – ISSN: 1676-2584.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemonia em disputa**. Brasília, 11 de dezembro de 2009. Tese. Universidade de Brasília.

NEVES, Sandra Garcia. **A produção omnilateral do homem na perspectiva marxista: a educação e o trabalho**. 2009. Disponível: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3581_2062.pdf Acesso em: 10/02/2017.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para cidadania: questões colocadas pelos movimentos sociais**. Revista da Faculdade de Educação USP. Educação e Pesquisa. V. 28, n° 2, São Paulo (SP), jul/dez. Ano: 2002 – ISSN: 1517 – 9702.

SANTOS, Franciele Soares dos; COMAR, Sueli Ribeiro. **As contribuições do pensamento de Marx, Engels e Gramsci para a formação humana no contexto do modo de produção capitalista**. 2013. Disponível: periodicos.unesc.net/criaredu/article/download/1179/1141

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**/ Ivo Tonet. – São Paulo: Instituto Lukács, 2016. 3° Ed. Ampliada. 181 p.